

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Aline Diegues Frazão

**SAÚDE E DROGAS NO CONTEXTO DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA REVISÃO
DA LITERATURA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Professor Doutor Marcelo da Silveira Campos

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ALINE DIEGUES FRAZÃO**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202173059, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **SAÚDE E DROGAS NO CONTEXTO DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**, desenvolvido durante o período de Março de 2024 a Setembro de 2024 sob a orientação do Professor Doutor Marcelo da Silveira Campos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

ALINE DIEGUES FRAZÃO

SAÚDE E DROGAS NO CONTEXTO DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Aline Diegues Frazão¹

Resumo

Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico que ajudasse a pensar sobre os aspectos sociais na dependência química, com base em uma revisão da literatura disponível na plataforma SciELO entre os anos de 2000 e 2023. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica seguindo uma abordagem sistemática e como critério de busca as palavras-chave *drogas e saúde* e nos campos índice *título e resumo*. O resultado encontrado de artigos revela uma predominância de estudos focados em áreas como medicina, biomedicina e saúde mental, com menos atenção voltada para os aspectos sociais e econômicos que afetam o consumo de drogas. Diante dessa lacuna, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas mais integradas, que abordem o problema de forma multifacetada, considerando tanto atores ou fatores quanto os contextos sociais dos usuários. Os autores pesquisados identificam que uma abordagem de forma ampliada que inclua intervenções sociais e de saúde pública são essenciais para lidar de forma mais eficaz com a dependência de drogas e suas consequências.

Palavras-chave: Revisão bibliográfica. Ciências sociais. Drogas e saúde. Lei de drogas.

Introdução

A dependência química é um fenômeno complexo que afeta diversos aspectos da vida social e econômica. O uso de substâncias psicoativas é um tema frequentemente abordado sob uma ótica biomédica e clínica, mas os fatores sociais muitas das vezes desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da dependência. Fatores como pobreza, desigualdade social, exclusão, falta de acesso à educação e a precariedade dos serviços de saúde são alguns que contribuem para agravar a situação dos indivíduos em risco, especialmente aqueles pertencentes a grupos marginalizados (OLIVEIRA et al, 2019).

Os debates sobre políticas públicas, saúde e o uso de drogas no Brasil tem se desenvolvido de forma significativa nas últimas décadas, refletindo mudanças nas abordagens e nos desafios enfrentados pelas populações afetadas. As políticas repressivas historicamente adotadas, focadas na criminalização do uso de substâncias deram lugar a discussões mais amplas sobre práticas de redução de danos, reinserção social e o impacto de violência urbana (TEIXEIRA et al, 2018).

A literatura científica das ciências humanas e sociais tem se debruçado sobre essas questões, buscando analisar a relação entre os determinantes sociais e a dependência de drogas. No entanto, entre os anos de 2000 e 2023, a predominância observada é de estudos focados nas áreas de medicina, biomedicina e saúde mental, limitando assim a compreensão mais ampla dos fatores estruturais que afetam o uso de substâncias.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre esses estudos, as influências dos determinantes sociais na dependência de drogas, destacando a necessidade de políticas públicas mais inclusivas que considerem o contexto social e econômico dos usuários. Ao propor uma análise crítica da literatura na busca de contribuir para o debate sobre a eficácia das políticas atuais e sugerir uma leitura sobre esse panorama literário que seja mais integrada para a prevenção e o tratamento da dependência.

A pesquisa foi dividida em três etapas: a primeira sobre a pesquisa de drogas e saúde, orientada pelo professor doutor Marcelo da Silveira Campos, de fevereiro a dezembro de 2023; a segunda etapa foi a evolução dos artigos sobre drogas e saúde e a terceira etapa que é direcionada aos textos que abordaram revisões bibliográficas sobre o tema drogas e saúde na área de ciências sociais e humanas.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: aline.frazao@estudante.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Professor Doutor Marcelo da Silveira Campos.

1) Saúde e drogas – Levantamento sobre lei e drogas

A pesquisa Drogas e saúde, que embasa esse artigo, faz parte do projeto - Lei de drogas, audiências de custódia “inovações”: uma sociologia política da violência - orientada pelo professor Doutor Marcelo da Silveira Campos, orientador deste trabalho. Foi realizada entre fevereiro e dezembro de 2023 e teve como objetivo fazer um levantamento bibliográfico centrado na literatura científica disponível na plataforma SciELO que trata da relação entre uso de drogas e as esferas da saúde, relações sociais, criminalidade e jurídica. Traremos a seguir uma visão geral do processo de seleção dos textos e estabelecermos as bases para análises mais aprofundadas sobre o tema.

Foi realizada uma revisão bibliográfica, seguindo uma abordagem sistemática visando minimizar vieses e garantir a confiabilidade e validade dos resultados obtidos.

Utilizando como critério de busca as palavras chave *drogas* e *saúde* nos campos índice *título* e *resumo* separadamente, foram inicialmente identificados 77 textos cujos títulos continham as referidas palavras chave e 1003 resultados de textos que as traziam em seus resumos na plataforma SciELO.

O processo incluiu a definição de parâmetros de busca das palavras chave e o levantamento inicial de artigos, a análise e seleção dos artigos, a catalogação dos selecionados e a exclusão daqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos.

Os critérios de exclusão foram aplicados para remover estudos que não estavam diretamente relacionados ao tema da pesquisa, como, artigos sobre drogas veterinárias, assuntos relacionados a animais, tratamentos médicos e psiquiátricos, saúde mental, enfermagem, atendimentos básicos de saúde, medicalização e pesquisas que se referiam a outros países que não incluía o Brasil. A exclusão foi principalmente realizada com base nos títulos dos artigos, embora em alguns casos a leitura dos resumos tenha sido necessária para identificar fatores relevantes para a pesquisa.

Artigos que atenderam aos critérios foram catalogados para posterior análise sendo 55 cujas palavras chave drogas e saúde compunham seus títulos e 145 cujas referidas palavras estavam em seus resumos.

Foram catalogados 200 textos no levantamento inicial na plataforma SciELO utilizando os parâmetros de palavras chaves e os estudos que em seus títulos já o excluía por não se enquadrarem no tema. Foi possível a identificação de 89 textos considerados relevantes com base na leitura de seus resumos ou de sua totalidade.

De acordo com a tabela 01, observamos a disparidade significativa na produção acadêmica entre Rio de Janeiro (44) e São Paulo (28) em comparação com os estados Santa Catarina (08), Rio Grande do Sul (04), Pernambuco (01), Paraná (01) e o Distrito Federal (03). Essa discrepância pode ser atribuída a uma série de fatores, como investimentos em pesquisa, infraestrutura acadêmica e políticas governamentais voltadas para o incentivo à produção científica. Tabela 01 apresenta os estados nos quais se encontram as revistas científicas responsáveis pela publicação das produções acadêmicas selecionadas nesse estudo.

Tabela 01 – Distribuição das publicações por estado

Veículos de informação por estado	
Distrito Federal	3
Rio de Janeiro	44
Rio Grande do Sul	4
Santa Catarina	8
São Paulo	28
Pernambuco	1
Paraná	1
TOTAL	89

Fonte própria a partir dos dados obtidos na pesquisa feita em 2023

Na tabela 02, verificamos a relação das instituições às quais a revista, nas quais os artigos foram publicados. Em reflexo a produção de grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, identificou-se uma tendência às instituições de ensino mais proeminentes na produção acadêmica sobre a temática. As instituições que se destacam são a

Usp/SP (15), Abrasco/RJ (14), Fiocruz/RJ (11), UFSC/SC (08), Cebes/RJ (06), UNESP/SP (06), IMS/UERJ/RJ (05), ABEM/RJ (03), UFRGS/RS (03), UFRJ/RJ (03), UNIFESP/SP (03), ABRAPSO/RJ (02), Associação Brasileira de Psiquiatria/SP (02), CFP/DF (02), EERP/USP/SP (02), APRS/RS (01), IMIP/PE (01), UEM/PR (01) e a UNB/DF (01). A tabela 02 apresenta as instituições de ensino e/ou pesquisa às quais as revistas que publicaram o artigo são veiculadas.

Tabela 02 – Instituições aos quais as revistas são vinculadas

Filiação institucional ao qual a revista é vinculada	
Abrapso	2
Abrasco	14
Aben	3
Aprs	1
Associação Brasileira de Psiquiatria	2
Cebes	6
Cfp	2
EERP/USP	2
Fiocruz	11
Imip	1
IMS/UERJ	5
UEM	1
UFRGS	3
UFRJ	3
UFSC	8
UNB	1
UNESP	6
UNIFESP	3
USP	15
TOTAL	89

Fonte própria a partir de pesquisa feita em 2023

A produção de artigos que abordam a temática de drogas e saúde pode ser influenciada por diversos fatores. Um deles é a importância do tema e a demanda por pesquisa nessa área, que pode ser impulsionada por preocupações de saúde pública, políticas governamentais, necessidades clínicas ou questões sociais. O número de artigos publicados pode refletir o tamanho da comunidade de pesquisa, o financiamento disponível, o foco das áreas de estudo e a infraestrutura de pesquisa disponível em cada instituição.

A disponibilidade de recursos financeiros e infraestrutura de pesquisas em instituições específicas pode incentivar a produção de estudos nessa área. Instituições renomadas como a USP, Abrasco, Fiocruz e UFSC têm tradição e capacidade para realizar pesquisas de alta qualidade nesse campo, o que pode explicar a quantidade de artigos produzidos por elas.

Na tabela 03 temos a relação das revistas no qual os textos foram publicados e divulgados na plataforma do SciELO. A revista Ciência e Saúde Coletiva, Abrasco/RJ (11) foi a que mais publicou textos na área pesquisada, seguida por Cadernos de Saúde Pública, Fiocruz/RJ (09); Saúde em Debate, Cebes/RJ (06); Texto e Contexto – enfermagem, UFSC(07); Physis: Revista de Saúde Coletiva, IMS/UERJ (06); Interface – Comunicação, Saúde e essas foram responsáveis por quase 50% da produção dos textos. A tabela 03 é referente às revistas científicas responsáveis pela publicação dos artigos selecionados para essa pesquisa.

Tabela 03 – Revista responsável pela veiculação do artigo

Veículos de informação – Revista	
Acta Paulista de Enfermagem	2
Brazilian Journal of Psychiatry	2
Cadernos de Saúde Pública	9
Ciência e Saúde	1
Ciência e Saúde Coletiva	11
Escola Anna Nery	3
Estudos Econômicos	1
Interface – Comunicação, Saúde, Educação	5
História, Ciência, Saúde – Manguinhos	1
Paideia Ribeirão Preto	1
Physis: Revista de Saúde Coletiva	6
Psicologia: Ciência e profissão	2
Psicologia e Sociedade	2
Psicologia em Estudo	1
Psicologia: Reflexão e Crítica	1
Psicologia Teoria e Pesquisa	1
Revista Brasileira de Enfermagem	3
Revista Brasileira de Epidemiologia	2
Revista Brasileira de Saúde Materno e Infantil	1
Revista da Escola de Enfermagem da USP	2
Revista de Saúde Pública	5
Revista Gaúcha de Enfermagem	2
Revista Latinoamericana de Enfermagem	2
Revista Paulista de Pediatria	1
Saúde e Sociedade	5
Saúde em Debate	6
Texto e Contexto	1
Texto e Contexto – Enfermagem	7
Trabalho, Educação e Saúde	1
Trends Psychiatry and Psychotherapy	1
TOTAL	89

Fonte própria a partir de dados obtidos na pesquisa feita em 2023

Ao analisar a concentração de textos por ano de publicação dos artigos científicos da plataforma SciELO apresentada na tabela 04, observa-se uma tendência de aumento na produção ao longo dos anos mais recentes. Em 2022, foram encontrados 10 artigos, representando um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esta tendência crescente pode indicar um aumento de interesse e investimento na área de pesquisa. No entanto, é importante ressaltar que a quantidade de artigos publicados não é o único indicador de relevância ou qualidade da pesquisa, sendo necessário considerar outros fatores como o impacto e contribuições para o avanço do conhecimento da sociedade. Tabela 04 é referente a quantidade de textos referentes a pesquisa publicados por ano.

Tabela 04 – Ano de Publicação

Ano de publicação	
2004	1
2005	2
2006	0
2007	2
2008	3
2009	5
2010	3
2011	4
2012	3
2013	3
2014	4
2015	4
2016	5
2017	8
2018	8
2019	9
2020	8
2021	6
2022	10
2023	1
TOTAL	89

Fonte própria a partir dos dados obtidos na pesquisa feita em 2023

Na tabela 05 temos uma visão da distribuição de autores por região geográfica e das contribuições internacionais para as pesquisas. A quantidade maior de autores na região Sudeste (40,36%), onde estão localizados os maiores veículos de divulgação: Rio de Janeiro e São Paulo, no Sul (29,08%) e Nordeste (19,29%) pode ser atribuída a alguns fatores, como a concentração de instituições de pesquisa, financiamento disponível ou diferenças culturais. No caso do Norte (0,30%) e Centro-Oeste (6,53%) com apenas uma porcentagem pequena de autores, pode haver uma menor infraestrutura de pesquisa, menos oportunidades de colaboração ou mesmo desafios logísticos na condução de estudos nessas regiões. A tabela 05 apresenta os estados nacionais e os países internacionais de residência dos autores dos textos pesquisados. Estes locais foram identificados com base nos dados dos autores fornecidos nas publicações analisadas neste estudo.

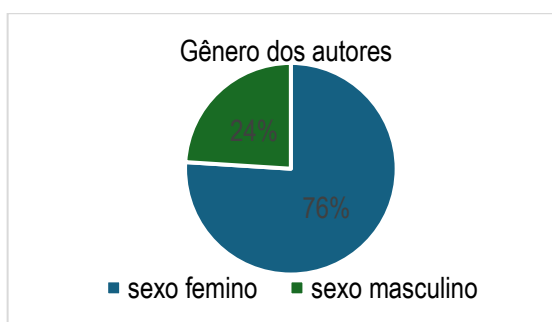
Tabela 05 – Concentração de autores por região nacional e internacional

Autores por Região Nacional e Internacional		
Centro-oeste	22	6,53%
Nordeste	65	19,29%
Norte	1	0,30%
Sudeste	136	40,36%
Sul	98	29,08%
Canadá	8	2,37%
Colômbia	1	0,30%
Equador	1	0,30%
EUA	1	0,30%
Portugal	1	0,30%
Reino Unido	3	0,89%
TOTAL	337	100%

Fonte própria a partir dos dados obtidos na pesquisa feita em 2023

No gráfico 01 a seguir, está a diferença de gênero dos autores das pesquisas. Essa diferença pode ser explicada pela diferença de escolhas de carreira, certas áreas de pesquisa têm sido dominadas por um gênero específico. De acordo com a pesquisa da revista IstoÉ Dinheiro como vemos no gráfico 02, campos como educação, saúde, ciências sociais tendem a ser áreas com uma proporção maior de mulheres, enquanto áreas como engenharia e tecnologia tendem a ter mais homens. Nas equipes de pesquisa em instituições que promovem políticas de diversidade e inclusão podem ter uma proporção maior de mulheres. A cultura de uma instituição ou departamento de pesquisa pode influenciar a participação de homens e mulheres, com algumas organizações sendo mais inclusivas e encorajadoras da participação feminina do que outras. Esses são alguns exemplos de fatores que podem influenciar a diferença entre os gêneros na pesquisa.

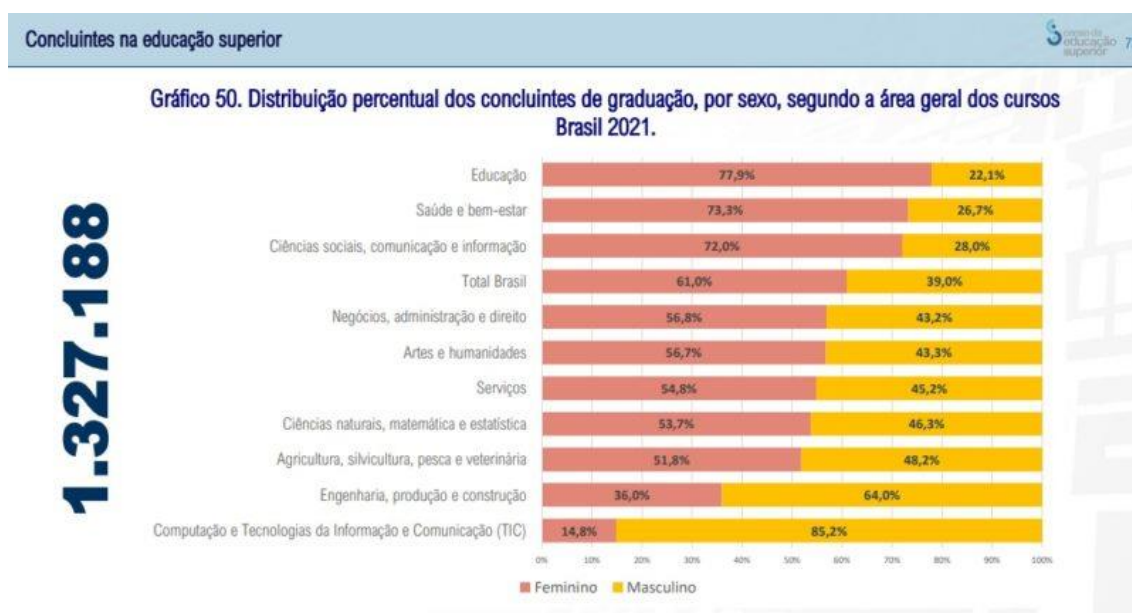
Gráfico 01 – Gênero dos autores



Fonte própria a partir dos dados obtidos na pesquisa feita em 2023

No Gráfico 02 apresenta a distribuição percentual dos concluintes de graduação no Brasil em 2021, de acordo com o gênero e a área de formação.

Gráfico 02 – áreas de estudo por Gênero



Após o processo de levantamento dos textos foi feita uma divisão por áreas para ter uma classificação qualitativa sobre seus conteúdos. Na tabela 06 está o percentual dos textos em cada área. A porcentagem referente a drogas na adolescência ocupa uma parte importante dos textos totalizando 25,85%, seguida por políticas públicas (20,22%), impacto na saúde pública, social e de políticas públicas (15,73%), violência intrafamiliar ou urbana (11,24%), saúde pública (8,99%), aplicação das práticas jurídicas (7,87%), saúde coletiva (6,74%) e por último relações familiares (3,37%). A tabela apresenta a distribuição percentual dos textos analisados, classificados por área de conhecimento, mostrando a quantidade em cada área e o percentual correspondente ao total de textos estudados. Esta tabela permite uma visão clara sobre a distribuição temática dos textos analisados, destacando a importância de cada área no conjunto do estudo.

Tabela 06 – percentual das áreas de estudo

Área de conhecimento	Quantidade	%
Aplicação das práticas jurídicas	7	7,87%
Drogas na adolescência	10	11,24%
Drogas na adolescência/aplicação das práticas jurídicas	2	2,25%
Drogas na adolescência/políticas públicas	5	5,62%
Drogas na adolescência/relações familiares	3	3,37%
Drogas na adolescência/saúde pública	3	3,37%
Impacto na saúde pública, social e de políticas públicas	14	15,73%
Políticas públicas	18	20,22%
Saúde coletiva	6	6,74%
Saúde pública	8	8,99%
Relações familiares	3	3,37%
Violência intrafamiliar ou urbana	10	11,24%
TOTAL	89	100%

Fonte própria a partir dos dados obtidos na pesquisa feita em 2023

A seguir cada uma das áreas em que o campo de conhecimento foi dividido será discutida individualmente, destacando como contribuíram para o entendimento geral do tema abordado.

1.1- Aplicação das práticas jurídicas

No texto *Quando a experiência é capturada pela representação: governamentalização das drogas na saúde e no sistema de justiça criminal* (ROSA et al, 2019) o resultado encontrado com os operadores do sistema de justiça criminal revelou uma tendência à naturalização das drogas ilícitas como mal intrínseco, refletida em representações que ignoram a diversidade de experiências individuais. A prevalência do saber teórico presente em documentos de saúde e práticas discursivas podem prejudicar tanto a abordagem quanto a aplicação da lei. Em sua maioria, os profissionais do sistema judicial priorizam a abstinência total como solução, ignorando políticas de redução de danos e recursos do SUS. Essa abordagem frequentemente influenciada em perspectivas religiosas, pode perpetuar estigmas e falhas no sistema de justiça, políticas públicas e saúde pública.

1.2- Drogas na adolescência

Nessa temática temos 23 textos que abordam temáticas como a aplicação das práticas jurídicas, políticas públicas, relações familiares e saúde pública voltada para os adolescentes na faixa etária de 11 a 17, em sua maioria.

Os autores relatam em suas pesquisas que a adolescência é uma fase crucial do desenvolvimento, onde jovens enfrentam desafios emocionais, sociais e cognitivos. Infelizmente, muitos são expostos às drogas durante esse período, o que pode ter consequências graves para sua saúde física e mental. Na nossa pesquisa nós identificamos que os textos apontam para a tendência de vários fatores que podem aumentar o risco de um

adolescente experimentar drogas, incluindo influência dos colegas, falta de supervisão dos pais, histórico familiar de abuso de substâncias e o meio social em que está inserido. O uso de drogas na adolescência também pode ter consequências significativas, incluindo problemas de relacionamento, dificuldades na escola, envolvimento em atividades criminosas e isolamento social.

No artigo *O efeito da interação social entre os jovens nas decisões de consumo de álcool, cigarros e outras drogas ilícitas* (BECKER, 2017), mostrou que as interações sociais são apontadas como maior influência em comparação às características familiares. O estudo também apontou que o maior envolvimento dos pais em atividades com os filhos inibe o consumo de drogas, álcool e cigarros do que a escolaridade e o nível de vida da família. Mostrando assim que o ambiente escolar e as interações exercem um papel fundamental nas decisões dos jovens. Demonstrando que uma maior aplicação de políticas educacionais de prevenção, políticas de controle e acompanhamento do menor usuário podem evitar essa influência.

Em outro artigo, “As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção”, os dados revelaram que as crianças e adolescentes são vulneráveis às situações sociais, manifestadas na violência sofrida em seu cotidiano, no contexto familiar e/ou escolar que os obriga a trabalharem precocemente no mercado de trabalho e/ou no tráfico de drogas. Para enfrentar tais problemas o governo instituiu o Estatuto da Criança e do adolescente e programas sociais. A literatura aponta os riscos vivenciados por crianças e adolescentes; contudo o governo tem se esforçado para eliminar ou minimizar a situação de vulnerabilidade com políticas públicas.

1.3- Impacto na saúde pública, social e de políticas públicas

A área de saúde pública, social e de políticas públicas ajuda a identificar grupos de maior risco e desenvolver estratégias de intervenção eficazes para reduzir o ônus das doenças relacionadas ao consumo de substâncias na saúde pública.

No artigo, *Ritual de consumo de crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários* (JORGE et al, 2013), os resultados apontam que o uso de crack está associado ao meio em como a sociedade se organiza e tem relação estreita com os danos à saúde física, psíquica e social dos usuários. E o início do uso foi associado a modelos de consumo da sociedade e com drogas de baixo custo. Políticas públicas ineficazes e os valores sociais que estimulam o uso em excesso contribuíram para o acesso precoce às drogas. Há necessidade de que os estudos se aprofundem nos elementos de contexto social e cultural dos cenários de uso para compreensão do fenômeno e se tendo intervenções mais eficazes.

Ao examinar os efeitos sociais amplos do uso de drogas e das políticas públicas relacionadas, os pesquisadores destacam questões de justiça social, equidade no acesso aos serviços de saúde e o papel das políticas na redução do estigma e da marginalização.

1.4- Saúde coletiva

Analisar os aspectos da saúde que afetam grupos populacionais específicos permite aos pesquisadores desenvolver intervenções culturalmente sensíveis e direcionadas para atender às necessidades únicas de diferentes comunidades afetadas pelo uso de drogas. A saúde coletiva está associada ao bem-estar físico, mental e social da população.

No artigo *El consumo de drogas em el debate de la salud pública* (TIRADO_OTÁLVARO, 2016) a rotulagem dos consumidores como toxicodependentes ou criminosos que leva a discriminação e exclusão social, afetando assim a autoestima e intensificando a exclusão social. O estigma limita o acesso a emprego, a educação, os serviços sociais e a reintegração social. A diferenciação entre consumidores recreativos dos problemáticos se faz necessário para promover a saúde pública e justiça social. O envolvimento do Estado em investimentos sociais, educação, saúde e pesquisa são de suma importância, mas é necessário envolver a mobilização e o empoderamento social para garantir o respeito às diferenças. Criticam políticas de drogas que focam na repressão e criminalização. Argumenta a necessidade de políticas públicas inclusivas e democráticas para lidar com o tema.

1.5- Saúde pública

Relacionar o uso de drogas e saúde pública fornece informações valiosas sobre a prevalência de problemas de saúde associados às necessidades de tratamento, acesso a serviços de saúde e as melhores práticas de intervenção de prevenção. A saúde pública é entendida como dever do Estado na prestação de serviços, assistência à saúde e prevenção.

A pesquisa *Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil)* (RAUPP et al, 2011), apontou as regiões frequentadas pelos usuários, dinâmicas e as relações com outras pessoas. Houve registros de atos violentos nos quais os usuários eram vítimas e/ou agressores. A história da região pesquisada foi apontada como fator primordial, assim como a falta de políticas públicas, as questões econômicas, a ausência de investimentos sociais e em saúde pública. O alto grau de degradação social do local pesquisado não é resposta apenas das pessoas e atividades ali exercidas, mas responsabilidade principalmente do processo urbano.

1.6- Relações familiares

Compreender o impacto do uso das drogas nas relações familiares permite aos pesquisadores desenvolver intervenções que visem fortalecer os laços familiares, melhorar a comunicação e fornecer suporte adequado para indivíduos e famílias afetadas pelo uso de substâncias.

No artigo *Vivência e estratégias de enfrentamento de familiares de dependentes* (HORTA et al, 2016), apontou que os familiares entendiam que o dependente precisava querer se tratar e as dificuldades de lidar com desaparecimentos esporádicos. Impotência, medo de agressividade e humilhação são alguns dos sentimentos manifestados por familiares. A falta de recursos públicos e as recaídas foram apontadas como as maiores dificuldades em se lidar com a dependência. Destacou a importância da presença de familiares de dependentes nos cuidados de saúde, ampliação de ações focadas na família e aumento das discussões sobre o tema dependência, evidenciando as dificuldades vivenciadas. Foi apontada a necessidade de ampliação de políticas públicas sobre drogas e ações de prevenção.

1.7- Violência intrafamiliar ou urbana

Essa área é de grande preocupação dos autores pesquisados, especialmente quando associada ao uso de drogas. Essa relação entre uso de drogas e a violência precisa ser entendida para ajudar na identificação de fatores de risco, desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção integradas e promover ambientes mais seguros e socialmente inclusivos para as comunidades.

No texto *Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados* (AUDI et al, 2008), foram constatados altos índices de violência doméstica contra as gestantes, de diferentes categorias e com diversos fatores associados. O uso abusivo de álcool e outras drogas foram apontados como sendo o maior facilitador para atos violentos, já que modificam os padrões de comportamento, criando condições para discussões e ofensas e chegando à violência sexual ou física. Trata-se de um problema complexo que vem sendo cada vez mais reconhecido como um problema de saúde pública. É fundamental abordar causas culturais e o atendimento das necessidades das vítimas, mesmo que isso desafie atitudes sociais que perpetuam a violência de gênero e que possam promover a distribuição de poder igualmente. O estudo concluiu que a violência doméstica é comum e está relacionada a vários fatores socioeconômicos, demográficos e de saúde.

Quando o consumo de substâncias ilícitas está presente em um contexto familiar ou urbano pode contribuir para aumentar os níveis de tensão e conflito, levando a formas de violência, seja física, psicológica ou emocional. No âmbito familiar pode elevar problemas já existentes, como dificuldades financeiras e problemas de saúde. Já no âmbito urbano pode ser associado a formas de violência, crimes relacionados a tráfico de drogas, violência entre gangues e conflitos territoriais. O comércio ilegal de substâncias pode criar áreas de alto risco, onde a presença de drogas está intimamente ligada à criminalidade e à insegurança. Além disso, o consumo de drogas em espaços públicos pode aumentar a probabilidade de confrontos e violência entre os usuários e a polícia.

É importante que ao se abordar a violência intrafamiliar e urbana de maneira integrada, considerando não apenas o uso de drogas, mas também os fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que contribuem para esses problemas. Isso envolve o desenvolvimento de políticas públicas e programas que abordem tanto a demanda de drogas quanto o fortalecimento de comunidades, educação em saúde e o acesso a serviços de apoio.

2) Textos de revisões da área sobre saúde e drogas – uma literatura

Dando sequência a pesquisa feita em 2023, apresentamos uma revisão da literatura sobre a relação entre saúde e drogas no contexto das ciências sociais, oferecendo um olhar sobre como esse tema se relaciona com a sociedade, políticas públicas, saúde primária e comportamento. Conforme dito anteriormente a pesquisa realizada na plataforma do SciELO usando os termos *saúde e drogas* e nos campos do índice *título e resumo* separadamente, foram identificados 77 textos que continham no *título* as referidas palavras-chave e 1003 textos nos quais continham em seu *resumo*. As pesquisas sobre drogas e saúde nessa área temática tiveram um grande crescimento como mostra os resultados obtidos no banco de dados da plataforma SciELO (tabela 07). Os resultados destacam desde a marginalização de usuários, o estigma social, políticas públicas, déficit de atenção psicossocial, estratégias de prevenção, redução de danos e combate ao uso e tráfico de drogas, entre o ano de 2000 a março de 2023, data da pesquisa na plataforma.

Ao analisar os dados até o ano de 2023, percebe-se que os textos por ano de publicação dos artigos científicos da plataforma SciELO, apresentada na tabela 07, há uma tendência de aumento na produção ao longo dos anos. Em 2022, foram encontrados 10 artigos, representando um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Esta tendência crescente pode indicar um aumento de interesse e investimento na área de pesquisa. No entanto, é importante ressaltar que a quantidade de artigos publicados não é o único indicador de relevância ou qualidade da pesquisa, sendo necessário considerar outros fatores como o impacto e contribuições para o avanço do conhecimento da sociedade. Apesar da crescente, ainda é possível notar que os textos na área de saúde em relação a fármacos, tratamentos e saúde primária ainda são grande maioria. A tabela 07 apresenta a quantidade de produções acadêmicas relacionadas à temática *saúde e drogas* no período de 2000 até março de 2023. O total é de 1080 artigos, dos quais 89 são especificamente da área de Ciências Sociais, ao qual foca a pesquisa orientada pelo professor Doutor Marcelo. A tabela 07 faz a comparação entre os textos encontrados nos referidos anos com as palavras chave em seu *título e resumo*, a somatória dos dois para uma comparação mais visível do total de textos pesquisados por ano e a quantidade encontrada que se adequa aos parâmetros da pesquisa sobre Drogas e Saúde.

Tabela 07 - Produções acadêmicas referentes a Saúde e Drogas – 2000 à Março de 2023

Ano de Produção	Artigos no período pesquisado com a palavra-chave no <i>Resumo</i>	Artigos no período pesquisado com a palavra chave no <i>Título</i>	Total de artigos somando <i>Resumo e Título</i>	Artigos sobre Drogas e Saúde referentes a pesquisa
Março/2023	12	2	14	1
2022	58	3	61	10
2021	42	3	45	6
2020	64	3	67	8
2019	58	7	65	9
2018	67	6	73	8
2017	66	6	72	8
2016	55	5	60	5
2015	46	3	49	4
2014	57	4	61	4
2013	52	5	57	3
2012	62	7	69	3
2011	45	2	47	4
2010	48	4	52	3
2009	46	2	48	5
2008	50	3	53	3
2007	46	4	50	2
2006	26	1	27	0
2005	31	3	34	2
2004	23	2	25	1
2003	19	2	21	0
2002	20	0	20	0

2001	4	0	4	0
2000	6	0	6	0
TOTAL	1003	77	1080	89

Fonte própria a partir dos dados obtidos na pesquisa feita em 2023

O uso de drogas tem sido um grande desafio na sociedade atual, afetando as condições sociais do indivíduo, saúde física e mental e vem se mostrando um tema complexo e multifacetado. O objetivo dessa revisão é explorar alguns estudos científicos com foco em políticas públicas e leis de drogas no Brasil, analisando o progresso sobre a criação de leis, implantação de políticas públicas e humanização dos processos.

O artigo, *A política antidrogas brasileira: velhos dilemas* (2008), produzido por Maria Lúcia Garcia, Fabíola Xavier Leal e Cassiane Cominoti de Abreu, debate onde se encaixam os discursos sobre drogas: ora como segurança pública, ora como saúde pública. Aborda como a legislação brasileira oscila entre reprimir o tráfico e uso de drogas, vinculado a segurança pública e o combate ao crime organizado, e do outro lado, subsidiar políticas de saúde pública, oferecendo tratamentos de saúde para os usuários, reabilitação e redução de danos. O destaque dado pelos autores está entre a dificuldade em conciliar essas duas abordagens.

Também é mencionada a criação da Secretaria Nacional Antidrogas no governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2003, e as modificações posteriores implementadas, em 2005, durante o governo do Lula, incluindo a Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Drogas. No entanto, persistindo o dilema entre a criminalização do uso de drogas e oferecimento de políticas de saúde pública aos usuários.

Esse embate é um reflexo de velhos dilemas na formulação de políticas públicas e os autores sugerem que o equilíbrio entre as partes seria de maior necessidade para que se tenha um desenvolvimento de uma política antidrogas mais eficaz e humanizada.

Em 2010, o artigo *A compreensão dos operadores de direito do Distrito Federal sobre o usuário de drogas na vigência da nova lei*, dos autores Luiza Barros Santoucy, Maria Inês Gandolfo Conceição e Maria Fátima Olivier Sudbrack, investiga como promotores e juizes interpretam e aplicam a Lei 11.323/2006. O estudo é baseado em entrevistas com 11 operadores do Direito do Distrito Federal e se divide em três temas principais: a visão sobre o usuário de drogas, a aplicação da lei e o papel das equipes multidisciplinares.

Os resultados mostram que os operadores divergem em suas opiniões. Alguns defendem que é um problema de saúde pública e que requer tratamento, enquanto outros defendem a punição por infringir a lei. Repetindo a dualidade que o artigo anterior pontuava. Essa divergência reflete na dificuldade de aplicação da legislação de forma eficaz, já que não existe consenso entre as partes e falta equilíbrio entre a saúde pública e penalização.

O estudo sugere que um diálogo interdisciplinar entre as áreas de saúde, psicologia e do direito poderia melhorar a aplicação da lei, favorecendo uma abordagem mais consciente na humanização dos casos e a redução de danos.

O artigo escrito por Eduardo Henrique Passos e Tadeu Paula Souza, *Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”* (2011), aborda a estratégia de redução de danos como uma alternativa às políticas proibicionistas, principalmente no que se refere à guerra às drogas. A discussão gira em torno das abordagens centradas na redução de danos que tem como objetivo suavizar os impactos negativos do uso de drogas, em vez de focar somente na repressão e criminalização dos usuários. A crítica central do texto é sobre a política global sobre drogas, que historicamente é baseada em modelos repressivos, mostrando que alternativas mais humanas e integradas podem ser mais eficazes no tratamento e na prevenção do uso de drogas.

Apresentam como estratégia de saúde pública a redução de danos na busca de minimizar os riscos à saúde e às condições sociais dos usuários de substâncias psicoativas. Essa estratégia aparece como um contraste às políticas punitivas e segregacionistas predominantes na guerra às drogas, focando no cuidado ético e no fortalecimento das redes de apoio, promovendo assim uma maior inclusão.

O artigo *Sobre jovens drogaditos: as histórias de ninguém* (2014), escrito por Carolina dos Reis, Neuza Maria de Fátima Guareschi e Salo de Carvalho, utiliza uma abordagem da Psicologia Social, inspiradas nas teorias de Michel Foucault, estudando a relação entre a saúde mental e justiça e na elaboração de uma biopolítica com foco no controle dessa população. Foram investigados processos judiciais de jovens submetidos à internação compulsória e mostra que apesar dessas medidas serem justificadas pela proteção dos direitos elas também

podem aumentar a vulnerabilidade desses adolescentes. Analisaram também a crescente judicialização no cuidado da saúde mental de jovens usuários de drogas, focando na internação compulsória.

O trabalho questiona a eficácia dessas intervenções e que ao se focar de forma individual por meio da internação, está se negligenciando uma abordagem mais ampla que aborde os fatores sociais e estruturais. Segundo os autores o sistema falha, em alguns casos, não fornecendo alternativas à internação, como por exemplo: fortalecimento das redes de apoio social e de saúde, que poderiam oferecer um cuidado mais abrangente e menos punitivo aos jovens envolvidos.

Em as *Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa de “Braços Abertos” de São Paulo, Brasil* (2018), artigo redigido por Mirna Barros Teixeira, Alda Lacerda e José Mendes Ribeiro, teve como objetivo analisar a implementação do programa que foca a reabilitação psicossocial de usuários de crack em situação de vulnerabilidade social, na cidade de São Paulo. O programa tem uma abordagem intersetorial, que envolve múltiplas áreas como assistência social, saúde e trabalho, fazendo assim que os direitos e serviços assistências cheguem a quem de fato necessita. Os principais resultados mostraram a redução do uso abusivo de crack, a inclusão no mercado de trabalho e a melhoria no acesso à saúde.

Um dos desafios que os autores citam no estudo é a necessidade de aprimoramento nas condições de moradia e o crescimento em iniciativas de reinserção social. Concluíram que apesar do programa se mostrar inovador e eficaz, ainda enfrenta dificuldades, como disputas políticas e diferentes interesses entre os setores envolvidos. Apesar dos obstáculos é um caminho promissor para políticas públicas na área de drogas

Em 2019, o artigo *Muros (in)visíveis: reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no Brasil*, redigido por Danuza Veríssimo e Oliveira, Ardigleusa Alves coelho, Pétala Tuani Cândido Salvador e Cláudia Helena Freitas, é uma análise crítica sobre o percurso dos usuários de drogas no Brasil. Analisando ocupações de espaços públicos como ruas, manicômios e prisões, de forma recorrente, reforçando a exclusão social. A pesquisa foca na abordagem proibicionista e segregatória historicamente aplicada a essa população, acentuando o estigma e a marginalização social. Esse artigo contribuiu para que se tenha um debate sobre como as políticas públicas precisam evoluir e promover a inclusão e tratamento humanizado.

Através de uma perspectiva das ciências sociais e jurídicas, o estudo discute que o impacto dessa política não só falha em oferecer soluções, mas também piora o quadro de marginalização. Baseando-se nos conceitos de Erving Goffman, os autores exploram os estigmas enfrentados pelos usuários de drogas principalmente ao serem incluídos em instituições como prisões e hospitais psiquiátricos. Argumentam a necessidade de estratégias de redução de danos, com tratamento ético e inclusivo contrastando com abordagens repressivas que dominam esse cenário.

Três anos após, Luciane Raupp, Lucas de Amorim, Juliana, Corrêa Pacheco, Daniel Lomonaco, Fábio Lopes e Daniela Ribeiro Schneider, escreveram o artigo *Caracterização de atores e práticas de Redução de Danos na região Sul do país* (2022), no qual analisaram as práticas de redução de danos realizadas em usuários de drogas no sul do Brasil. A pesquisa caracterizou quem são os profissionais envolvidos e quais as ações foram desenvolvidas para a redução de danos, principalmente no período após as mudanças nas políticas públicas em 2019, retiraram a prioridade da redução de danos no contexto das políticas públicas de drogas no Brasil. Foram feitas pesquisas com questionário virtual, com uma abordagem mista, no qual os resultados que se destacam foram a transformação no perfil dos profissionais ao longo do tempo e a necessidade de ampliação de investimentos em pesquisas.

Enfatizam a relevância da política de redução de danos desde sua criação em 1990, inicialmente para a prevenção do HIV/aids, e que com o tempo se expandiu para outras áreas. Entretanto, com as mudanças políticas recentes destacam o comprometimento da continuidade dessa evolução, focando a necessidade de fortalecimento e apoio institucional para se manter.

No ano de 2023, foi produzido por Mirian Basílio Denadai, Edineia dos Santos Oliveira e Maria Lúcia Garcia o artigo *Internações compulsórias e restrições da liberdade de pessoas que usam drogas*, que tem como foco a análise das justificativas do Poder Judiciário para determinação de internações compulsórias de usuários de drogas no Brasil.

O estudo critica a judicialização da saúde e o uso de internação compulsória como medida punitiva, a restrição de liberdade e o foco excessivo na abstinência como controle, características essas de um Estado penal-punitivo que gera mais vulnerabilidades ao invés de promover o tratamento adequado e humanizado.

Os autores, após suas pesquisas, chegaram à conclusão de que essas decisões ignoram a complexidade da dependência química e que levam a vulnerabilidades, refletindo mais a uma lógica de controle do que de tratamento aos usuários de drogas.

3) Fazendo análise sobre textos de revisão de literatura

A relação entre saúde e uso de drogas é um tema com discussão ampla na literatura científica, que aborda os impactos sociais e de saúde que seu consumo afeta. Na área de ciências sociais e humanas, que destaca a influência dos contextos culturais, sociais e políticos, oferece uma perspectiva mais abrangente, focando na estigmatização do indivíduo, nas políticas públicas e nas construções sociais que envolvem o consumo de drogas. Nos últimos anos houve uma crescente no que se diz respeito aos estudos sobre as consequências sobre seu consumo, as estratégias de redução de danos e a criação de leis. A presente análise da literatura traz textos que abordam uma revisão de artigos publicados, tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre as principais contribuições do tema drogas e saúde, analisando sua metodologia e impacto das drogas na sociedade.

No artigo *Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil* (2010), dos autores Vilmar Ezequiel dos Santos, Cássia Baldini Soares e Célia Maria Sivalli Campos, tem como objetivo discutir a evolução da redução de danos no Brasil, desde o seu surgimento até o ano de 2010, através da revisão da literatura brasileira.

Foram selecionadas 46 publicações, entre os anos 1994 e 2006, coletando dados como políticas públicas, programas de saúde e depoimentos de profissionais na área, que contribuíram para traçar um panorama das diferentes abordagens e desafios enfrentados na implementação da redução de danos. Conforme discutido no estudo, a abordagem da redução de danos, se baseia no princípio de respeito a escolha individual e empatia, não fazendo da abstinência seu foco central e sim na tratativa de minimizar os riscos associados ao consumo.

Concluíram com esse estudo que a prática de redução de danos no Brasil se desenvolveu de uma forma que o foco deveria ser inclusivo e humanista, enfrentando desafios éticos e sociais ao lidar com uma questão complexa e multifacetada.

No estudo, *O cuidado aos usuários de drogas em situação de privação de liberdade* (2019), da autoria de Sheila Silva Lima, é analisado as práticas de cuidados voltados para os usuários de drogas que estão em privação de liberdade no Brasil. O objetivo da pesquisa é discutir os desafios, limites e potencialidades das políticas de saúde no contexto prisional, e no cuidado aos indivíduos que fazem uso de substâncias mesmo estando presos.

Foi feito estudo exploratório-descritivo de um objeto de pesquisa pouco explorado. Para a pesquisa bibliográfica foram definidos alguns parâmetros, como o temático que analisou as obras relacionadas ao sistema prisional com exclusão dos que tratavam questão de saúde do trabalhador, menor infrator, tráfico e reclusão em unidades psiquiátricas; parâmetro linguístico, poderia ser em outras línguas, mas que se configurasse o Brasil como país pesquisado; e cronológico que foi definido a inclusão de artigos e textos publicados entre 2003 e 2015. Após esse critério foram selecionadas 26 publicações para se compor o estudo. Foram coletados dados de legislação, políticas públicas e diretrizes que regem os cuidados no sistema prisional, levando em conta as especificidades da privação de liberdade.

Concluiu-se com esse estudo que os usuários de drogas no sistema prisional enfrentam várias dificuldades, incluindo a falta de estrutura adequada, escassez de profissionais de saúde especializados e a não aplicação de políticas de redução de danos, o que resulta também na falta de dignidade. Há a necessidade de uma maior articulação entre as políticas de saúde e justiça, com foco na humanização dos cuidados aos usuários e que incluía a ampliação das práticas de redução de danos e o respeito aos direitos humanos na população privada de liberdade.

No ano de 2023, o artigo *Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil*, produzido por Antônio Gomes de Castro Neto e André de Brito Couto Filho, aborda a relação entre as políticas de regulamentação e a criminalização das drogas no Brasil, o impacto das leis e as suas consequências sociais, especialmente em populações vulneráveis.

Com uma metodologia qualitativa e documental, o estudo se baseia na análise de marcos legais como a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), decisões judiciais, políticas públicas e dados sobre encarceramento, encontrados em artigos acadêmicos, dados de pesquisas sobre o impacto das políticas de drogas no sistema carcerário e na saúde pública, relatórios de pesquisa de organizações não-governamentais. Ao analisar os processos de

regulamentação e criminalização, identificar como as leis atuais contribuem para a manutenção de um sistema punitivo e os impactos sociais que se acarretam nessa abordagem. O estudo também busca refletir alternativas como modelos de regulação que possam reduzir os danos sociais com abordagens mais humanizadas.

Concluíram que o modelo de criminalização no Brasil tem efeitos desproporcionais sobre a população pobre e negra que é a mais afetada nessas situações. A pesquisa aponta para a necessidade de uma revisão nas políticas de drogas no Brasil com a finalidade de se diminuir os estigmas associados aos usuários e a redução da superlotação carcerária. Aponta que uma abordagem mais humanizada em direitos humanos e em saúde pública seria mais eficaz do que no atual modelo repressivo.

Nesse mesmo ano as autoras Caliandra Machado Pinheiro e Mônica Nunes produziram o artigo *Tratamento para mulheres que usam drogas: uma crítica sob a perspectiva do feminismo decolonial*, analisa as políticas e práticas de tratamento voltadas para as mulheres que usam drogas na perspectiva do feminismo decolonial, destacando a necessidade de práticas mais inclusivas e emancipatórias considerando a vivência individual de negras, indígenas e periféricas. E o objetivo desse artigo é criticar a abordagem tradicional para as mulheres que usam drogas e que ignoram as especificidades de gênero, raça e classe social. Questionam as estruturas do poder e as desigualdades que afetam as mulheres racializadas e em contextos de vulnerabilidades sociais, colocando em questão como as políticas de saúde tratam essa população.

Foram feitas pesquisas qualitativas em textos acadêmicos, políticas públicas relacionadas ao tratamento de mulheres que usam drogas e documentos institucionais. Também foram feitas pesquisas em bibliografia sobre feminismo decolonial, saúde pública e drogas, fazendo um cruzamento de dados dos temas para entender como as políticas podem perpetuar as desigualdades. Incluiu-se a análise de dados de estudos de casos e pesquisas já realizadas sobre condições e falta de atendimento enfrentados por mulheres no acesso aos programas de tratamento.

O artigo concluiu que os tratamentos convencionais são inadequados, pois não levam em conta as desigualdades estruturais presentes na individualidade de cada mulher, ignorando os aspectos de violência de gênero, racismo e exclusão social, o que resulta em um tratamento descontextualizado e ineficaz. O feminismo decolonial traz uma crítica profunda e sugere que se tenha uma urgência nas práticas inclusivas das realidades vividas por essas mulheres e propõe mudanças nas políticas de tratamento que seja uma abordagem que proporcione autonomia e um protagonismo que fortaleça as lutas dessas mulheres.

E por último, no mesmo ano, *Social Determinants and Drug Dependence: Systematic Review of Literature Dependence*, de autoria de Telmo Mota Ronzani, Thaís Soares Pereira, Juliana Branco Castro e Magda Dimenstein, é uma revisão sistemática da literatura científica que procurou identificar os principais determinantes sociais que impactam a dependência de drogas.

A pesquisa quer entender como fatores de pobreza, culturais, desigualdade, exclusão social, educação e acesso a serviços de saúde contribuem para o uso de drogas e torna os indivíduos mais vulneráveis a ela. A revisão se baseou em estudos científicos coletados em bases de dados como PubMed, Scopus e SciELO, que abordavam fatores sociais e a dependência de drogas. Incluíram pesquisas qualitativas que investigavam as condições sociais e seu impacto no uso de substâncias, revisões anteriores e estudos epidemiológicos. Também se fez uso de relatórios de organizações de saúde e documentos governamentais que abordam políticas relacionadas ao tema. Pesquisa feita em vários países, incluindo o Brasil.

Os autores concluíram com sua pesquisa que os determinantes sociais, como pobreza, desigualdade, falta de acesso à educação e saúde, e a exclusão social desempenham um papel fundamental e significativo na vulnerabilidade à dependência do uso de drogas. Aumentando de forma exponencial o uso problemático, principalmente em populações marginalizadas. Destacam também a importância de políticas públicas que abordem as desigualdades sociais como parte de redução de danos e não se foque somente no tratamento médico e controle de uso de substâncias.

Conclusão

Após analisar vários artigos ao longo dos anos, podemos identificar uma evolução dos estudos nas abordagens sobre drogas, leis, saúde pública e políticas de redução de danos no Brasil. Ao longo do tempo, nota-se uma mudança significativa tanto no entendimento sobre o uso de drogas, quanto nas políticas públicas, com destaque para as abordagens intersetoriais e da redução de danos, com uma evolução de políticas puramente repressivas

para abordagens mais integradas e centradas. Os primeiros estudos destacam as falhas das políticas públicas em proporcionar suporte adequado para tratar os usuários de drogas e a ambiguidade da lei em tratar os indivíduos como pacientes ou criminosos.

A partir de 2014, a crítica às políticas proibicionistas é aprofundada, com discussões sobre como essas medidas reforçam a segregação social e aumentam as vulnerabilidades, destacando a necessidade de estratégias de redução de danos. Com o retrocesso nas políticas federais de drogas e o ressurgimento de práticas como internação compulsória mostram que ainda há uma luta constante entre as abordagens punitivas e de cuidado.

Essa trajetória reflete um progresso nas discussões, que inicialmente se concentram nas falhas de implementação de políticas e, ao longo do tempo, passam a criticar os métodos de controle e defender abordagens mais inclusivas e humanizadas, como a redução de danos. E as mais eficazes são aquelas que agregam diferentes setores e levam em conta a complexidade social.

Portanto, essa revisão de literatura destaca a importância de se adotar uma abordagem mais abrangente e inclusiva no estudo das drogas e saúde que considere tanto as dimensões culturais e econômicas quanto nos contextos sociais e políticos. Os dados mostram que o modelo de criminalização vigente no Brasil tem impactos desproporcionais sobre as populações mais vulneráveis, especialmente a população pobre e negra, focando em estigmas e contribuindo para a superlotação carcerária. Diante disso, é evidente que uma revisão das políticas de drogas se faz necessária e que priorize uma abordagem mais humanizada, que valorize os direitos humanos e que realize atendimentos de saúde pública mais eficazes, em contraste com o atual modelo repressivo.

Bibliografia

AUDI, C. A. F. et al.. Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 5, p. 877–885, out. 2008.

BECKER, K. L.. O efeito da interação social entre os jovens nas decisões de consumo de álcool, cigarros e outras drogas ilícitas. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 47, n. 1, p. 65–92, jan. 2017.

DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basílio; OLIVEIRA, Edineia Figueira dos Anjos; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier. Internações compulsórias e restrição da liberdade de pessoas que usam drogas. *ESPAÇO TEMÁTICO: CRISE DO CAPITAL, DIREITOS HUMANOS E LUTA DE CLASSES* • Rev. katálysis 26 (2) • May-Aug 2023

FONSECA, F. F. et al.. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 31, n. 2, p. 258–264, jun. 2013.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. *Psicol. Soc.* 20 (2) • Ago. 2008

HORTA, A. L. DE M. et al.. Vivência e estratégias de enfrentamento de familiares de dependentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 69, n. 6, p. 1024–1030, nov. 2016.

JORGE, M. S. B. et al.. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 10, p. 2909–2918, out. 2013.

LIMA, Sheila Silva. O cuidado aos usuários de drogas em situação de privação de liberdade. *TEMA LIVRE* • Physis 29 (03) • 2019

- NETO, Antônio Gomes de Castro; FILHO, André de Brito Couto. Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil. DOSSIER - Temas em Dependências Comportamentais • Estud. psicol. 40 • 2023
- OLIVEIRA, Lannuzya Veríssimo e; COELHO, Ardigleusa Alves; SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira; FREITAS, Cláudia Helena Soares De Moraes. Muros (in)visíveis: reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no Brasil. TEMA LIVRE • Physis 29 (04) • 2019
- PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicol. Soc.** 23 (1) • Abr. 2011
- PINHEIRO, Caliandra Machado; NUNES, Mônica. Tratamento para mulheres que usam drogas: uma crítica sob a perspectiva do feminismo decolonial. Artigo • Psicol. Soc. 35 • 2023
- RAUPP, L.; ADORNO, R. DE C. F.. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 5, p. 2613–2622, maio 2011.
- RAUPP, Luciane; AMORIM, Lucas de; PACHECO, Juliana Corrêa; LOMONACO, Daniel; LOPES, Fabio; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Caracterização de atores e práticas de Redução de Danos na região Sul do país. Artigos originais • Saude soc. 31 (2) • 2022
- REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; CARVALHO, Salo de. Sobre jovens drogaditos: as histórias de ninguém. Prêmio ABRAPSO • **Psicol. Soc.** 26 (spe) • 2014
- RONZANI, Telmo Mota; PEREIRA, Thaís Soares; CASTRO, Juliana Branco; DIMENSTEIN, Magda. Determinantes Sociais e Dependência de Drogas: Revisão Sistemática da Literatura. Psicologia Clínica e Cultura • Psic.: Teor. e Pesq. 39 • 2023
- ROSA, P. O.; PINTO, G. S. S.. Quando a experiência é capturada pela representação: governamentalização das drogas na Saúde e no sistema de justiça criminal. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e180103, 2019.
- SANTOS, Ezequiel dos Santos; SOARES, Cássia Baldini; CAMPOS, Célia Maria Sivalli. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil Temas Livres • Physis 20 (3) • 2010
- SANTOUCY, Luiza Barros; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. A compreensão dos operadores de direito do Distrito Federal sobre o usuário de drogas na vigência da nova lei. Outros Artigos • **Psicol. Reflex. Crit.** 23 (1) • Abr. 2010
- TEIXEIRA, Mirna Barros; LACERDA, Alda; RIBEIRO, José Mendes. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa "De Braços Abertos" de São Paulo, Brasil. TEMAS LIVRES • **Physis** 28 (03) • 2018
- TIRADO-OTÁLVARO, A. F.. El consumo de drogas en el debate de la salud pública. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, n. 7, p. e00177215, 2016.

